

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
PEDAGOGIA

ROSIVÂNIA DOS SANTOS GONÇALVES QUEIROZ

**A LITERATURA INFANTIL ÉTNICA-RACIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NO
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE DO ALUNO DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA MOREIRA DE BAIXO EM ÁGUA BRANCA/AL.**

DELMIRO GOUVEIA – AL

2021

ROSIVÂNIA DOS SANTOS GONÇALVES QUEIROZ

A LITERATURA INFANTIL ÉTNICA-RACIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE DO ALUNO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MOREIRA DE BAIXO EM ÁGUA BRANCA/AL.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da universidade Federal de Alagoas, campus do sertão, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. José Ivamilson Silva Barbalho

DELMIRO GOUVEIA – AL

2021

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca do Campus Sertão

Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

Q31 Queiroz, Rosivânia dos Santos Gonçalves

A literatura infantil étnico-racial e sua contribuição no processo de desenvolvimento da identidade do aluno da comunidade quilombola Moreira de Baixo em Água Branca / AL / Rosivânia dos Santos Gonçalves Queiroz. – 2021.

74 f. ; il.

Orientação: José Ivamilson Silva Barbalho.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Literatura infantil étnico-racial. 2. Relações étnico-raciais. 3. Comunidade Quilombola Moreira de Baixo. 4. Água Branca – Alagoas. I. Barbalho, José Ivamilson Silva. II. Título.

CDU: 373.3.016

Autor: Rosivânia dos Santos Gonçalves Queiroz

**A LITERATURA INFANTIL ÉTNICA RACIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NO
PROCESSO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE DO ALUNO DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA MOREIRA DE BAIXO.**

Monografia Apresentada ao Curso de
Graduação em Licenciatura Plena em
Pedagogia da universidade Federal de
Alagoas, campus do sertão. Aprovada em
março de 2021.

Banca Examinadora:

José Ivamilson Silva Barbalho
Dr. José Ivamilson Silva Barbalho – UFAL (Orientador)

Dr.ª Maria Aparecida Silva – UFAL (Examinador Interno)

Lilian Bárbara Cavalcanti Cardoso
Ma. Lilian Bárbara Cavalcanti Cardoso – SAMED (Examinador Externo)

DEDICATÓRIA

A **DEUS**, por ser meu guia, meu amparo, meu refúgio e por levantar-me todas as vezes nas quedas.

A meu esposo (Adelson Luiz), pelo carinho, ajuda, incentivo e por sempre dizer que sou capaz de conquistar os meus objetivos.

As minhas filhas Maria Nicolly, Maria Cecília e Maria Helloísa (in memoriam) minha força, minha fraqueza e minha lembrança boa.

Aos meus pais, por acreditarem na educação e sempre incentivarem-me a ir em busca dos meus sonhos.

Aos meus irmãos, por sempre estarem do meu lado incentivando-me.

AGRADECIMENTOS

Ao meu mestre, José Ivamilson Silva Barbalho, pelo comprometimento ajudando-me a realizar este trabalho e por ser este excelente professor.

À professora Lilian Barbara, por ter sido uma grande professora, proporcionado ótimos aprendizados na graduação e principalmente por fazer nascer em mim a ideia de trabalhar este tema.

À professora Maria Aparecida, por fazer parte de minha banca examinadora e por ter mim apresentado a este universo de descobertas do tema em questão.

Ao meu querido Esposo, por sua dedicação, sua ajuda, por todas as vezes que ficou acordado comigo durante a noite e pelos momentos que me fazia estudar mesmo quando eu não estava determinada.

Ao meu filho Samuel, minha razão de viver.

Aos meus irmãos, pelas conversas, ajudas, brincadeiras, momentos de descontração, alegrias. Pelos momentos que liguei durante as noites, pedindo auxílio e por serem meus irmãos

Ao meu irmão Rosinaldo, por ser meu ombro amigo durante minha educação básica, pelo longo caminho que percorremos juntos, ajudando sempre que precisava, pela amizade, companheirismo e pelo incentivo em busca do ensino superior que era sua grande finalidade, e que foi interrompido por situações alheias a seus objetivos.

A minha irmã Rosineide, por ser uma das pessoas mais importantes em toda minha vida, se não fosse por ela, nada disso seria possível, pois foi ela quem sonhou primeiro e me inspirou a ser o que eu sou.

A minha irmã Raqueline, por estar sempre à disposição, parceira nas horas que foi acionada.

A minha Madrinha Vilma, por sempre segurar em minha mão e ser como uma mãe para mim.

As Luluzinhas (Ana Telma, Gisleide, Maria Jaciely, Maria Patrícia e Flávia), por me proporcionarem bons momentos durante minha formação acadêmica, pelas gargalhadas, pelos cafés, pelas conversas, e principalmente pela amizade.

A Manuela, Greiciele, Maria Iviane, Lucivânia, Cleciane, Ana Clara, Derlane, Iviane por todo o aprendizado e companheirismo.

A todos os alunos da turma, que por quatro longos anos vivemos momentos intensos, alegres, divertidos, frustrantes e inseparáveis, a vocês todo o meu amor e admiração.

Aos professores do curso de pedagogia, por proporcionarem um conhecimento diversificado e significativo.

Às professoras da escola Municipal de Educação Básica Maria José Gomes que contribuíram com minha pesquisa.

A todos do Programa Residência Pedagógica, pela parceria, companheirismo e pelo conhecimento adquirido, especialmente ao coordenador Rodrigo Pereira.

A todos/as que de alguma maneira contribuíram com o meu trabalho e que não foram mencionados.

MUITO OBRIGADA!!!

Vidas Negras Importam.

Resumo

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada com três professoras de uma escola localizada na comunidade quilombola Moreira de Baixo. A investigação visa contribuir com o descortinar da literatura infantil étnico-racial, favorecendo para importância do desenvolvimento da identidade do aluno da comunidade supracitada. Como marco teórico para fundamentar a pesquisa utilizamos autores como: Ariès (1960), Arce (2002), Priore (2010), Oliveira (2011), Arce (2002), Nunes (2011), Kuhlmann (2010), além de um embasamento sobre a legislação na educação infantil; das leis que regem todo um aporte quanto à questões étnico-raciais. A pesquisa é de uma abordagem qualitativa, que tem como ferramenta metodológica o estudo de caso, amparada por pesquisas bibliográficas e aplicação questionário, cujo exímio estruturante é a compreensão acerca do lugar da “Literatura Infantil Étnica-Racial” e formação de identidade quilombola, entre alunos/as e professoras. A partir da análise realizada, constatou-se que apesar de ter poucos livros sobre a temática à disposição da escola, as professoras estão sempre em busca de aperfeiçoamento em sua formação, aprimorando práticas pedagógicas, buscando estratégias que favoreça a compreensão dos temas estudados, vindo a contribuir com a construção/reconstrução da identidade quilombola local. Se evidenciou, no entanto, a necessidade de formação específica docente, e melhor apoio didático pedagógico, para o êxito do projeto de educação escolar, nas relações étnico raciais.

Palavras chave: Relações étnico-raciais. Literatura infantil. Identidade. Quilombola.

Abstrat

This work results in a research carried out with three teachers from a school located in the quilombola community Moreira de Baixo. The investigation aims to discover how ethnic racial children's literature can contribute to the development of the student's identity in the Moreira de Baixo quilombola community. For this, the ideas of some authors were used to support the research, such as: Ariès (1960), Arce (2002), Priore (2010), among others, in addition to a foundation on the legislation in early childhood education and on the laws that govern a whole contribution on racial issues. This research is a qualitative approach, using the case study as a tool, based on bibliographic research and questionnaire. From the analysis performed, it was found that despite having few books available to the school, teachers are always looking for improvement in their training and looking for a way to reach all students in a way that allows the absorption of the subject worked and can contribute to the construction / reconstruction of their identity. However, it was clear that although the teachers do not have a good foundation on the guiding theme, they do not consider it to be a difficulty.

Key words: Ethnic-racial relations. Children's literature. Identity. Quilombola.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Capa do livro O cabelo de Lelê.	40
Figura 2: Capa do livro Menina Bonita do laço de fita.	42
Figura 3: Planta da escola.	46

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Legislação que regulamenta a educação infantil (1988/2014)	19
Tabela 2: divisão das turmas e quantidade de alunos por turno	47
Tabela 3: A escola enquanto comunidade quilombola tem em seu acervo livros de literatura infantil étnico racial?	49
Tabela 4: Você costuma utilizar quais livros voltados para literatura infantil étnico racial?	49
Tabela 5: A gestão da escola incentiva os professores a trabalharem com essa temática ou foca apenas nas datas comemorativas? Se sim, como ocorre esse incentivo?	51
Tabela 6: Quais as maiores dificuldades para dar aula voltada para esta temática?	51
Tabela 7: Quais propostas pedagógicas você utiliza para trabalhar a literatura infantil étnico racial na sala de aula?	52
Tabela 8: Qual a importância da literatura infantil étnico racial para o desenvolvimento da criança?	53
Tabela 9: Você se sente preparada para dar aula sobre a temática étnico racial?	54
Tabela 10: Em tempos de isolamento social, quais as maiores dificuldades enfrentadas para dar aula?	56
Tabela 11: Como você está trabalhando a literatura infantil com os alunos a distância?	57
Tabela 12: Foi possível perceber se os alunos diminuíram o nível de ensino com esta nova forma de educação (a distância)?	57
Tabela 13: Teria algum livro para sugerir para outros professores voltado para a literatura infantil étnico racial que considera importante para o desenvolvimento da identidade do aluno?	59

Lista de Siglas e Abreviaturas

CF - Constituição Federal

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA - Estatuto da criança e do adolescente

EI - Educação Infantil

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1.	12	
2.	15	
2.1.	19	
2.2.	24	
2.3.	26	
2.4.	27	
3.	30	
3.1.	32	
3.2.	32	
3.2.1.	33	
3.2.2.	35	
3.3.	36	
3.4.	38	
4.	43	
4.1.	43	
4.2.	44	
4.3.	45	
4.4.	47	
5.	48	
6.	60	
REFERÊNCIAS		63
APENDICE		65
ANEXO		69

1. INTRODUÇÃO

Para início de discussão acerca do tema em questão, saliento que, este trabalho surgiu através de algumas vivências em sala de aula, especificamente, na disciplina de Saberes e Metodologia de Língua Portuguesa I e II, lecionada pela professora Lilian Barbara no meu período da graduação ofertada pela Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão/ Delmiro Gouveia.

As aulas em questão faziam referência ao uso de diversos recursos para se trabalhar a literatura infantil nos anos iniciais de forma lúdica e que contemplasse todas as especificidades e necessidades de cada educando. Desta forma, a mesma nos apresentou diversas ferramentas para se trabalhar com esta abordagem que não se limitasse a um ensino tradicional.

Salientando que, enquanto pesquisadora e moradora de uma comunidade quilombola senti a necessidade de pesquisar acerca desta abordagem, afim de averiguar se a literatura infantil estava sendo contemplada na perspectiva étnica-racial sem causar nenhuma forma de supervalorização a qualquer cor ou raça.

Diante dessa perspectiva, surge a ideia de se trabalhar a literatura infantil voltada para a temática étnico- racial em uma escola localizada numa comunidade remanescente quilombola.

Dessa forma, nasce o tema “A literatura infantil étnica-racial e sua contribuição no processo de desenvolvimento da identidade do aluno da comunidade quilombola Moreira de Baixo em Água Branca/AL”, que se dá justamente pelo fato que, com os indícios e vestígios de uma aprendizagem com pouco êxito na leitura dos moradores da comunidade supracitada, percebe-se que há uma certa urgência em disseminar mais livros paradidático voltados para as séries iniciais.

O propósito era que através dos livros infantis as escolas desenvolvessem nos alunos o hábito pela leitura no seu processo de ensino aprendizagem, tendo como foco os livros infantis na perspectiva étnico- racial.

Diante dessas averiguações, este trabalho tem como objetivo geral compreender, a partir da fala das professoras, a contribuição da utilização da literatura étnico- racial nos anos iniciais para o desenvolvimento da identidade do aluno da

comunidade quilombola Moreira de Baixo em Água Branca/AL. Tendo como problema de pesquisa descobrir. O que dizem as professoras da escola da comunidade quilombola Moreira de Baixo sobre a importância da literatura infantil étnico-racial para construção da identidade dos discentes? Como objetivos específicos, destacamos:

- Valorizar e fortalecer a identidade étnico-racial através dos livros com temática específica;
- Analisar a contribuição dos livros de literatura infantil étnico-racial para a construção da identidade do aluno;
- Refletir sobre a representação do negro na Literatura Infantil.

Através desses objetivos, buscaremos observar os seguintes pontos de discussão que foram surgindo durante o trabalho de pesquisa, a saber:

1. Observar se a escola tem em seu acervo livros voltados para a literatura infantil étnico racial;
2. Analisar se os professores/as utilizam livros voltados para literatura infantil étnico racial;
3. Compreender se a gestão da escola incentiva os professores a trabalharem com essa temática; – perceber quais as maiores dificuldades das professoras;
4. Verificar quais propostas pedagógicas as professoras utilizam para trabalhar a literatura infantil étnico- racial em sala de aula;
5. Perceber a importância da literatura infantil étnico-racial para o desenvolvimento da criança, através da perspectiva das professoras.

Por meio da análise desse pontos, pretendemos entender como são utilizados os livros de literatura infantil étnico- racial, uma vez que, há na comunidade uma grande defasagem por parte da leitura, trazendo como enfoque a utilização desses livros como um suporte para aumentar a demanda por procura por livros nesta perspectiva. Neste sentido, pretendemos descobrir se a instituição tem em seu acervo livros que contemplem a literatura infantil étnico- racial, tendo como foco a construção/reconstrução da identidade do aluno a partir desses livros.

Desta forma, procuramos observar se os professores da referida escola utilizam esses livros e incentivam os alunos a lerem livros que trazem negros como protagonistas.

Esta pesquisa é uma abordagem qualitativa, que tem como ferramenta o estudo de caso, feita a partir de pesquisas bibliográficas e questionário, a fim de precisar melhor os objetivos de pesquisa, no campo das relações étnico- racial quilombola.

O primeiro capítulo intitulado “: Breve Histórico Ocidental da Educação Escolar para infância”, traz reflexões acerca do processo histórico da educação infantil, desaguando até os dias atuais; a legislação que regulamenta a educação infantil desde o ano de 1988 a 2014;além de retratar os objetivos da educação infantil, a participação da família na escola e o perfil dos profissionais que trabalham com a temática, trazendo alguns questionamentos coerentes acerca de sua importância para o ensino aprendizagem dos alunos. Através de fontes bibliográficas de alguns autores como: (ARIÈS, 1960); (PRIORE, 2010); (CAMBI, 1999).

Na segunda seção está explícito o tema “A Educação Infantil na perspectiva étnico-racial: uma abordagem para o tema”. No capítulo está inserido as bases legais para a educação étnico- racial, além de trazer as contribuições de livros voltados para temática de cunho literário das autoras Ana Maria Machado, com o livro “Menina Bonita do Laço de Fita” e Valéria Belém, com o livro “O cabelo de Lelé”.

No terceiro capítulo, abordamos o processo metodológico do estudo e fazemos alusão a escola campo da pesquisa e sobre o local na qual está inserida, fazendo uma reflexão acerca de sua origem e importância para as pessoas da comunidade.

No quarto capítulo, abordamos a análise da pesquisa com as devidas respostas levantadas no decorrer do trabalho. Por fim, concluímos com as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido.

2. Breve Histórico Ocidental da Educação Escolar para infância

Neste capítulo será feita uma reflexão acerca das visões tidas anteriormente sobre as crianças na Antiguidade e na Idade Média e como foi se transformando com a Modernidade, como eram vistas e tratadas e a maneira como os adultos interferiram por longos anos na sua forma de educação. Além de fazer um levantamento das mudanças no campo legal.

Na Antiguidade, a educação na versão de Cambi (1999), visava a identidade da família, a organização do estado, a instituição-escola, mitos educativos, ritos de passagem (da infância, da adolescência). Em grande medida, o sistema educativo vigente na época, estava diretamente relacionado à religiosidade.

De acordo com o autor, a Idade Média inovou a tradição pedagógica e educativa influenciando a Idade Moderna, provocando transformações nas áreas de saberes. Estava diretamente relacionada a um sistema organizativo social que tem como centro o indivíduo. Segundo Cambi, essa fase da história

fase marcada pelas centralidades das ideologias, pelas lutas sociais (de classes, de nações, de etnias), pelo desenvolvimento tecnológico e científico (que renovou saberes e modelos formativos), pelo crescimento da sociedade de massa e dos *mass media* (que introduziu uma revolução educativa: escolar, curricular, disciplinar, como também perceptiva, cognitiva e ética) tendo como alvo o pensamento científico e o controle social, redefinindo radicalmente os processos educativos (mais sociais e mais científicos) e seus objetivos, sublinhando suas saídas aporéticas: conformação e liberação, emancipação e controle, produtividade e livre formação humana. (CAMBI, 1999, p.40)

Philippe Ariès (1960), por sua vez, foi considerado um pioneiro em seus estudos acerca do sentimento de infância, ao publicar a obra “História Social da Criança e da Família”, introduz uma nova forma de entendimento da concepção de criança ao mencionar fatos pelo qual as mesmas passaram a ser reconhecidas pelas suas particularidades e especificidades, levando ao que conhecemos hoje acerca da educação infantil.

No período da Antiguidade e da Idade Média, a criança não era bem vista, não existia a valorização da família; eram inseridas no mundo do trabalho desde cedo: compreendidas como adultos em miniatura. Não existiam cuidados específicos para

elas, o campo da afetividade deixava a desejar. Neste sentido, ainda, de acordo com o historiador da educação Cambi (1999)

As crianças da Idade Média, têm um papel social mínimo, sendo muitas vezes consideradas no mesmo nível que os animais (sobretudo pela altíssima mortalidade infantil, que impedia um forte investimento afetivo desde o nascimento), mas não na sua especificidade psicológica e física, a tal ponto que são geralmente representadas como “pequenos homens”, tanto na vestimenta quanto na participação da vida social. (p.176)

Nesta linha de raciocínio, Ariès afirma que

A Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em manter visíveis através da roupa o degrau da hierarquia social. Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto. Não seria possível imaginar atitudes mais diferentes com relação à infância. (ARIÈS, 1960, p.70)

A educação para a infância nem sempre foi analisada com viés pedagógico, uma vez que, as crianças eram vistas como pessoas que não pensavam e necessitavam do auxílio de outras pessoas para quaisquer atividades que fossem desenvolvidas.

Para isso, a Idade Moderna representou uma mudança na forma de ver as crianças e a infância, pois foi a partir deste período que começou a surgir uma preocupação com a educação moral e pedagógica, influenciando todo um processo.

O período da idade moderna concorre com o crescimento da urbanização, o desenvolvimento tecnológico, filosófico e científico; as escolas, oriundas tanto da nobreza quanto da burguesia, começaram a tratar a criança com um outro olhar, principalmente a família.

Nas grandes famílias extensas da Europa ocidental, onde a presença das crianças de todas as idades e colaterais era permanente, criava-se uma multiplicidade de convivências que não deixavam jamais os pequeninos sós. E esses eram tratados pelos mais velhos como verdadeiros brinquedos, da mesma forma, aliás, como eram tratados os filhos de escravos entre nós. (PRIORE, 2010, p.96)

Essas crianças passaram a ser vistas num sentido de ingenuidade, pureza, “paparicação”. No entanto, as crianças de famílias pobres continuavam sendo objeto de mão de obra. A criança, segundo Oliveira,

(...) passou a ser o centro do interesse educativo dos adultos: começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados, situada em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que tornava a escola (pelo menos para os que podiam frequentá-la) um instrumento fundamental. O mesmo não acontecia em relação às crianças

dos extratos sociais mais pobres. Os objetivos de sua educação e as formas de efetiva-los não eram consensuais. (OLIVEIRA, 2011, p.62)

De acordo com Arce (2002), “a infância que anteriormente não passa de uma loteria entre a vida e a morte, agora se torna o centro da família, descobre-se que a criança tem necessidades e interesses próprios que devem ser respeitados”. (ARCE, 2002, p. 56)

Com as mudanças da sociedade, os conceitos de infância começaram a alterar a partir do momento que ficou perceptível que a criança não deveria ser tratada como um adulto, surgindo “uma preocupação educativa que traduzia-se em sensíveis cuidados de ordem psicológica e pedagógica” (PRIORE, 2010, p.105).

Um das principais influências para acontecer essas transformações, refere-se a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Com o grande crescimento das indústrias e participação das mulheres no setor operário surgem preocupações das famílias com a educação familiar, já que as mães não tinham com quem deixar seus filhos, acarretando reivindicações por locais próximos às fábricas para guarda e atendimento das crianças enquanto suas mães estavam em horário de trabalho.

A partir deste fato, surgem as primeiras “creches e pré-escolas de educação infantil”, no entanto, não se tratava de um local voltado para práticas pedagógicas, mas com a finalidade de cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam. Nessa perspectiva, concordo com Craidy e Kaercher (2001, p.15), ao afirmar que

As creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torna-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado as exigências desse conjunto social.

As creches tinham um caráter assistencialista, servindo apenas para cuidar e guardar as crianças das classes menos favorecidas (crianças carentes), visava geralmente a saúde, cuidados higiênicos, alimentação, comportamentos sociais, não pensando em educá-las, desta forma, seria apenas uma complementação da educação familiar.

Enquanto, os jardins de infância, criado por Friedrich Froebel, visava sua preocupação com a educação das crianças pequenas, ressaltando a necessidade de

educar essas crianças desde o início. Nas Palavras de Cambi (1999, p.426) “Os “jardins de Infância” são locais não só de recolhimento de crianças (abrigo), mas também espaços aparelhados para o jogo e o trabalho infantil”. Neste sentido, percebe-se sua preocupação com a educação dessas crianças, reservando nos jardins de infância um espaço apropriado para o educar e o cuidar, característica esta que não estava presente nas creches e pré-escolas.

O início do atendimento das crianças de 0 a 6 anos no Brasil remonta ao século XIX e sua inspiração está localizada bem longe daqui: nos países da Europa Ocidental. O primeiro período desta história é caracterizado pela importação dos modelos europeus de atenção à a criança: as creches (ou com outros nomes), predominantemente para os filhos de mulheres que exerciam trabalho extradomiciliar (mães trabalhadoras), para crianças desamparadas, órfãs ou abandonadas, e os jardins de infância, predominantemente para crianças das classes abastadas. As creches tinham um caráter assistencial; os jardins de infância, educacional. (NUNES, 2011, p.17)

De acordo com as ideias de Nunes, Kuhlmann Jr. Faz a seguinte indagação,

O jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternas – ou qualquer outro nome dado a instituições com características semelhantes às salles d’ asile francesas – seriam assistenciais e não educariam. Entretanto, essas últimas também educavam – não para a emancipação, mas para a subordinação. (KUHLMANN JR, 2010, 69)

Em suma, tanto a educação escolar, de maneira geral, quanto à educação de crianças pequenas, de modo particular, não surge da necessidade de produção de conhecimento e emancipação do indivíduo. E já nasce também desigual como acima citado pelo autor, reafirmando o seu caráter reprodutor das desigualdades sociais desde o início. Segundo (NUNES, 2011, p.22) “Ainda que visassem à ampla cobertura, seguiam o modelo de simplicidade e baixo custo: uma educação assistencial “pobre para os pobres”.

Os jardins de infância divergiam tanto das casas assistenciais existentes na época, por incluírem uma dimensão pedagógica, quanto da escola, que demonstrava ter, segundo o autor, constante preocupação com a moldagem das crianças, praticada de uma perspectiva exterior. (OLIVEIRA, 2011, p.67)

Desta forma, é perceptível que, enquanto as creches e pré-escolas tinham um caráter assistencialista, os jardins de infâncias, em suas características e fundamentos educacionais, priorizavam desde cedo as potencialidades das crianças, sendo uma proposta de ensino que apesar de ter sido criada para atender as classes sociais desfavorecidas, foram implementadas em diversas instituições, também favorecendo as classes sociais abastadas.

Esse breve recorte histórico, denota quão dúbia foi o tratamento oferecido à educação infantil, na mentalidade urbana ocidental, destacando significativamente as reais necessidades de abrigo, acolhimento, proteção e afeto das crianças. Revela um mundo perversamente organizado contra a defesa das crianças, e suas singularidades.

2.1. Panorama geral da Educação Infantil, do ano de 1988 a 2014

Dando um salto para além da cronologia histórica, vimos que as reivindicações dos trabalhadores, adentrando nas esferas dos movimentos feministas, juntamente com movimentos sociais em prol de creches para seus filhos, ganham, ao menos em tese, reconhecimento na legislação brasileira. Vejamos:

Tabela 1:Legislação que regulamenta a educação infantil (1988/2014)

1	CF= Constituição Federal (1988)	Estabelece o atendimento em creche e pré-escola, às crianças de zero a 6 anos de idade”. (Art.208, IV)
2	ECA= Estatuto da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990)	Consolidou os direitos das crianças adquiridos pela Constituição Federal/88. Aborda a perspectiva de que a educação infantil é um direito de todas as crianças, uma vez que, estão em processo de desenvolvimento e formação.
3	LDB= Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)	Estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica (art.21) Art.29. A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

4	RCNEI= Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998)	Este Referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades. Seu caráter não obrigatório visa favorecer o diálogo com propostas e currículos que se constroem no cotidiano das instituições, sejam creches, pré-escolas ou nos diversos grupos de formação existentes nos diferentes sistemas.
5	Lei 11.114 de 2005	Estabeleceu a entrada no ensino fundamental como obrigatória aos 6 anos
6	Lei nº 11.274 de 2006	Manteve obrigatória a matrícula no ensino fundamental aos 6 anos de idade e instituiu-se o ensino fundamental de nove anos
7	DCNEI= Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009)	Reúne princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.
8	Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.	Altera a Lei 9394/96, dando ênfase à obrigatoriedade na Educação Infantil a partir dos 04 (quatro) anos de idade.
9	PNE= Plano Nacional de Educação (2014)	Estabelece metas que deseja alcançar em cada dimensão da educação brasileira. A Meta 1 do Plano Nacional de Educação

		<p>(PNE) tem como foco o atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade na educação infantil (EI).</p> <p>Universalizar o atendimento na pré-escola para a população de 4 a 5 anos e atingir, no mínimo, 50% de atendimento para a população de 0 a 3 anos nas creches.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Apresentando um panorama geral da Educação Infantil, do ano de 1988 a 2014, na área da educação, priorizando a infância, a criança, introduzindo a educação infantil como um direito das mesmas, isto é, serão agora consideradas sujeitos de direitos.

A partir do momento que a CF/88 foi promulgada, fica efetivado o direito à educação às crianças de 0 a 6 anos de idade, mediante a garantia de "atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade" (art. 208). A partir deste fato, as mudanças aparecem de maneira significativa, pois as mesmas começam a serem consideradas sujeitos sociais de direitos e que necessitam de educação desde o seu nascimento.

A Lei Maior do Brasil representou um ganho na área da educação Infantil, ao considerar o atendimento em creches e pré-escolas da ênfase a uma educação como direito da criança, fundamental para seu desenvolvimento. Se estreitam as relações no modo do Estado vê-la, sendo dever do mesmo a permanência delas em entidades educativas.

Neste sentido, as creches e pré-escolas passam a ser direitos fundamentais exigidos pela Constituição Federal, dando a essas instituições características educacionais e não assistenciais¹.

¹ Na visão assistencialista as escolas tinham as funções de sanar carências não dando importância ao educar.

Se a Constituição Federal já afirmava que a educação infantil era um direito da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma o que consta na CF/88, mas estabelece que o Estado deve assegurar o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade” (ECA, art. 54). A partir disso, ela passa a ser vista como prioridade do Estado.

Esta lei possibilitou um novo olhar para a educação Infantil, pois desde a Constituição Federal as crianças começaram a ser reconhecidas como cidadãos de direitos, e com o ECA as mesmas adquiriram novas conquistas ao serem reconhecidas como sujeitos sociais e culturais que merecem respeito, assim como todos. Nesta perspectiva, o entendimento de infância mudou mais ainda, pois via na criança um ser de direitos que deve desfrutar dos mesmos enquanto cidadã.

A LDB/96, por sua vez, representou um avanço na área da educação infantil, pois além de definir uma educação centrada na criança, tratando-a como sujeitos de direito, voltou a reafirmar, em seu Art.4º, inciso II, “educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade “ reafirmando que o Estado tem a obrigação do atendimento em creche e pré-escola, dando a responsabilidade aos municípios de integrarem a educação infantil em seus sistemas de ensino, passando a ser ofertado em instituições educacionais com propostas pedagógicas.

A educação infantil, torna-se a primeira etapa da educação básica, explícita em seu (Art.21). Aliando a educação infantil ao ensino fundamental e médio. Tem como princípio a indissociabilidade do cuidar e do educar, representando uma conquista na área da educação, por tirar as crianças pobres das instituições assistencialistas, integrando-as a uma política nacional de educação.

Apesar de não ter caráter obrigatório, dar a responsabilidade dos pais em matricular os filhos nas pré-escolas, a mesma representa um importante aliado na formação das crianças, pois o objetivo da educação Infantil é o “desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (LDB/96, art.29), caso elas não sejam integradas neste período, as mesmas estão deixando de adquirir algumas habilidades que a escola poderia realizar neste período, não sendo capaz de desenvolver estas habilidades em outra etapa de ensino.

Neste sentido, as creches e pré-escolas representam um forte aliado na aprendizagem das crianças, sendo um ganho positivo para a educação nacional.

Assim como foi mencionado, as instituições de ensino que atendiam alunos na educação infantil, teriam que ter propostas pedagógicas específicas e o RCNEI (1998), foi um documento que veio a somar, pois estabelece um currículo a ser seguido pelas instituições de ensino.

Apesar de ser apenas um referencial e não ter um caráter obrigatório, é um documento de fundamental importância para subsidiar o trabalho docente para promover uma educação de qualidade que respeite e reconheça os direitos das crianças enquanto cidadãos.

Assim, como consta na LDB, que a educação é dever do Estado, (DCNEI, p.12, 2009) vem reafirmar que “é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção”, neste sentido, além de ser um direito das crianças, deve ser priorizado as características individuais das mesmas.

Se antes, a educação infantil não tinha um caráter obrigatório, em 2013 a lei 9394/96 foi alterada pela lei Nº 12.796, dando obrigatoriedade na Educação Infantil a partir dos 4 (quatro) anos de idade, representando maior permanência das crianças nas instituições de ensino, desta forma, os pais não tem mais o direito de escolherem entre matricular os filhos ou não.

Se a educação Infantil já tinha caráter obrigatório a partir dos 4 (quatro) anos de idade, no ano de 2014 após a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), ficou explícito na meta 1 a universalização da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até o ano de 2016, e a ampliação das creches.

A partir do plano fica perceptível, a urgência que o mesmo exigiu dos municípios em regulamentar seus planos de educação e coloquem em prática a partir do PNE.

Em síntese, estas leis e documentos que concebem a legislação na área da Educação Infantil, representam um longo período de lutas por creches e pré-escolas para as crianças pequenas, lutas estas travadas por setores marginalizados e

excluídos da sociedade brasileira, precisamente os movimentos sociais organizados, por homens e mulheres, de diferentes segmentos culturais e políticos.

2.2. Perfil dos Profissionais da Educação Infantil

As instituições de ensino ao incorporar a educação infantil como um espaço de vivências do processo educativo, devem propiciar uma educação que estabeleça um convívio de respeito mútuo entre os envolvidos na ação educativa, seja entre os alunos, os profissionais da educação e todos os funcionários da instituição.

A tarefa primordial dos profissionais da educação infantil é, desde cedo, propiciar conhecimento significativo para seus alunos, alargarem suas experiências de convívio com as demais crianças, aumentar seu repertório de conhecimento acerca do mundo, compreensão crítica de sua realidade etc.

Para que essas demandas da educação infantil sejam efetivadas é necessário que o profissional da educação infantil esteja habilitado à prática docente, ou seja, esteja incluso nas exigências de uma educação transformadora. De acordo com a LDB/96, no título VI que dispõe sobre os profissionais da educação em seu artigo 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996)

Percebe-se, que com a LDB, a forma de tratar o ensino das crianças pequenas mudou a partir do momento que exigiu um novo perfil de profissional, já que antes a educação era encarada como uma complementação da ação familiar e ministrada por pessoas sem uma formação específica.

Apesar de ser constatado que para atuar em sala de aula, seja necessário a formação específica para a área, o professor deve estar sempre atento às demandas da instituição de ensino, primando pelo aperfeiçoamento de sua formação, possibilitando ampliar seu repertório de conhecimento, podendo se auto avaliar e mudar sua prática sempre que possível.

O docente deve ter uma formação qualificada, deve ter intencionalidade em suas ações, saber planejar, ter uma organização temporal e espacial, além da rotina em sua sala de aula, a fim de que suas aulas tenham resultados positivos, que os alunos possam aprender e interagir, a fim de ir aprimorando seu desenvolvimento. (GERMANO; JESUS, 2013, p.34)

Portanto, é crucial que o(a) professor(a) de educação infantil esteja sempre em busca de uma formação continuada adequada e consistente, a fim de proporcionar aos educandos um ensino com resultados propositivos, para isso a LDB/96, propõe que, “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público” (Art.67).

Neste sentido, o(a) professor(a) além de adquirir novos conhecimentos pode está possibilitando um leque de aprendizagem para seus alunos, oferecendo uma educação com mais qualidade e redirecionando-os para um desenvolvimento em todos os aspectos, sejam eles: físico, social, psicológico e intelectual.

O(a) professor(a) representa um mediador da ação educativa e não deve ser considerado um profissional que sirva apenas como auxiliar da educação familiar, pois, a educação infantil visa o ideário de cuidar e educar. Nesta linha de raciocínio, as autoras dizem que,

Entender o professor como um profissional é romper com a ideia de que o trabalho do mesmo é o prolongamento dos cuidados do lar, de sua mãe. Nesse sentido, a formação do professor não pode ser mais fragmentada e ligada à ruptura entre teoria e a prática. (BULATY, PIETROBON, p. 8258, 2015)

Corroborando com as autoras, compreendemos que o(a) professor(a) deve ser um profissional que atue como um(a) mediador da ação educativa e não um prolongamento dos ensinamentos familiares, numa perspectiva freireana. O(a) professor(a) deve auxiliar no processo de desenvolvimento da criança, que, de acordo com (OLIVEIRA, p.207,2011), “sua função é a de ser uma pessoa verdadeira, que se relaciona afetivamente com a criança, garantindo-lhe a expressão de si, visto que ela precisa de alguém que acolha suas emoções e, assim, lhe permita estruturar seu pensamento”.

Nesse sentido, Jesus e Germano, argumentam:

Considerando imprescindível a participação do adulto como mediador neste processo, compreendemos a função do professor na instituição de educação

infantil, que é a de oferecer e apresentar situações diversificadas, a fim de promover um desenvolvimento integral da criança, tanto no sentido físico como psicológico e cognitivo. (JESUS, GERMANO, p.30, 2013)

Corroborando, com as ideias das autoras, afirmamos a necessidade de vermos no(a) professor(a) um(a) auxiliador(a) da ação educativa, uma) profissional capaz de integrar cuidados básicos e educação e propiciar às crianças atividades distintas que impulse seu desenvolvimento.

De acordo com Craidy e Kaercher (2001, p.31), “Os/as profissionais das escolas infantis precisam manter um comportamento ético para com as crianças, não permitindo que estas sejam expostas ao ridículo ou que passem por situações constrangedoras”, a partir dos pensamentos das autoras compreendemos a importância das pessoas que trabalham com este grupo de faixa etária, pois são profissionais que desempenham um importante papel na aprendizagem dessas crianças, tendo a obrigação de auxiliá-los no ensino aprendizagem de maneira que auxilie na autoestima e confiança das mesmas.

2.3. Objetivos da Educação Infantil

Sabe-se que o objetivo fundamental da educação infantil, está vinculado a apropriação do desenvolvimento integral da criança, ou seja, o(a) professor(a) tem o objetivo fundamental de incorporar cuidados básicos e estimular os alunos fisicamente, psicologicamente e cognitivamente a fim de propiciar distintas maneiras da criança agir em determinadas situações. Neste sentido, o ato de integrar diferentes atividades pode desencadear nas crianças a apropriação desses estímulos.

Todavia, é crucial que os profissionais da educação infantil abordem em suas práticas pedagógicas, concepções que estimulem o desenvolvimento integral da criança, abordando tanto os cuidados básicos necessários para a faixa etária como atividades lúdicas que propiciem experiências diversificadas para as mesmas.

De acordo com o RCNEI (1998, p.63), os objetivos da educação infantil estão diretamente vinculados às seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;

- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

A partir dessas capacidades é perceptível que a prática da educação infantil deve ser organizada através desses princípios básicos, retratando a importância dos profissionais da educação infantil como um mediador/facilitador(a) deste processo, visto que, o mesmo é o(a) responsável direto para que as crianças se apropriem dessas capacidades. Será através do vínculo entre as crianças e os adultos que pode proporcionar as mesmas despertar interesses dos mesmos em participarem das diferentes atividades planejadas e consigam interagir uns com os outros.

2.4. Inclusão do conhecimento familiar no trabalho educativo

É evidente que a base da educação se inicia no seio da família, e é função primordial das mesmas promoverem um ambiente rico de ensinamentos e aprendizagem. As famílias devem proporcionar às crianças maneiras de perceberem o quanto a escola é fundamental para eles, uma vez que, a mesma será responsável em integrar e auxiliar na educação das crianças, tornando a escola um complemento da educação familiar.

Os pais devem impulsionar e encorajar as crianças a frequentarem a escola e proporcionar meios para que as mesmas gostem de frequentar o ambiente escolar.

Para isso, é função das mesmas manterem um relacionamento próximo a unidade educativa em que seus filhos estudam.

Neste sentido, de acordo com a CF/88 em seu artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Percebe-se então, a necessidade das famílias participarem dos processos de aprendizagens das crianças, a partir do momento que ingressam no ambiente de escolarização, representando um importante aliado no desenvolvimento escolar das crianças.

Diante disso, a LDB/96, em seu artigo 1º, vem trazer a importância da participação familiar no ambiente escolar, capaz de enriquecer a aprendizagem das crianças.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Apesar das leis mostrarem que a participação da família no contexto escolar seja crucial, é perceptível um atraso nos sistemas de ensino, uma vez que, essa participação não se mostra tão frequente. Neste sentido, Silva e Kaulfuss, vem dizer que, “a família e a escola precisam buscar sempre um ambiente saudável para a criança e estimulando a sua educação e aprendizagem, pois a qualidade da educação infantil depende cada vez mais da parceria entre família e escola”. (SILVA, KAULFUSS, p.02)

Vale ressaltar que, apesar dos desafios existentes entre a participação da família e sua relação com a escola ser fragilizado, para podermos termos uma educação de qualidade deve ser levada em consideração que mudanças devem serem feitas, não apenas por parte da família em buscar uma melhor participação na escola, e na vida escolar de seus filhos, mas também pela escola, através de conversas e do diálogo entre os dois envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Desta forma, será possível buscar maneiras de resolver e enfrentar os problemas encontrados. De acordo com a Machado,

A escola, por sua vez não pode se ausentar das suas responsabilidades junto aos pais, este é um caminho que deve ser trilhado simultaneamente por pais, alunos, professores, escola e toda a sociedade em geral. Para que haja sucesso no decorrer do desenvolvimento dessa relação família escola. (MACHADO, 2017, p.07)

Concordamos com a autora, a partir do momento que a mesma fala da importância entre família e escola. Portanto, para que haja sucesso no desenvolvimento desta relação *família e escola*, assim como menciona a autora, é essencial que a primeira confie plenamente na proposta pedagógica da instituição de ensino que seu filho frequenta, evidentemente com criticidade necessária.

Consideramos que a escola deve cumprir com as metas estabelecidas e procurar maneiras de manter o diálogo contínuo com a família; traçar estratégias inclusivas para trazer a família para dentro da instituição de ensino e alcançar melhores êxitos da participação da vida escolar, entre crianças e adolescentes do interior do Brasil.

3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL: UMA ABORDAGEM PARA O TEMA

Conforme analisamos anteriormente, a educação por muito tempo abordou estigmas que disseminam um ideário de educação voltado para as classes sociais abastadas, estigmas estes que repercutem ainda hoje na sociedade. Vivemos um tempo em que o que determina o que somos e o que vamos fazer é representado pela cor e a raça, concebendo ainda um enorme retrocesso do que conhecemos por educação cidadã.

Certamente um dos principais problemas a serem enfrentados e solucionados atualmente seja a questão do preconceito e do racismo presentes no ambiente escolar. É preciso compreender que somos iguais, apesar das diferenças, e que o que determina a forma de nos relacionar está diretamente imbricado com a forma que vemos os outros. Nesta lógica, (SILVA, 2014, p.34) afirma que,

A proposta de educação que inclui a temática da diversidade como eixo norteador vem para esclarecer e mostrar todas as formas de relacionamento pautadas no respeito para com os outros, independente das diferenças que possam existir. A escola é o melhor lugar de aprender que as diversidades devem ser tratadas com respeito, pois mesmo com todas as diferenças, somos parte de uma sociedade, a sociedade humana.

Corroborando com o autor, fica perceptível a função da escola para com todos os envolvidos com a instituição de ensino, pois a escola é um espaço destinado para desenvolver as habilidades, efetivar o respeito, diminuir a incidência de inimizade entre os alunos, favorecer qualificação técnica, ampliar horizontes humanos etc. Para isso, entende-se que,

A escola, em uma concepção pedagógica é um espaço destinado para que as crianças, adolescentes e adultos encontrem condições de progressão e desenvolvimento da capacidade de aprender, adquirindo conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores (OLIVEIRA, 2014)

Neste sentido, para que os alunos incorporem esses valores, que a escola dissemina como importante, a melhor forma de efetivar o respeito deve ser primeiramente analisada como os mesmos estão sendo transmitidos pela instituição, pois se esses valores não forem compreendidos da forma correta, seu resultado pode vir a malograr radicalmente.

É necessário, não obstante, lutar por uma educação cidadã e inclusiva. Uma perspectiva que deve repensar o currículo, e a maneira de transmitir, diferente de

transferir conteúdos, de uma forma que não deixe de lado todas as manifestações culturais, artísticas, políticas preexistentes.

Pensar em uma educação que priorize desde cedo as manifestações culturais e a diversidade é pensar sobre a necessidade de compreender e entender que vivemos em uma sociedade plural, com etnias distintas, valores, culturas, tradições, religiões diversas. Neste sentido, problematizar tais abordagens é de fundamental importância para a formação das crianças enquanto sujeitos críticos, e, caso específico quilombola, de identidades próprias.

Assim, as instituições de ensino devem focar uma educação voltada para a compreensão da pluralidade e do respeito. Desde logo, as crianças irão compreender sua importância e mais adiante podem perceber essas abordagens como necessárias à sua formação, enquanto sujeitos atuantes de uma sociedade justa e democrática. Para (COQUEIRO, p.18,19)

E possível desconstruir a ideologia racista, é possível desnaturalizar o preconceito racial. Para um trabalho assim, é preciso que os educadores voltem olhares mais atento para as minúcias das relações étnico-raciais, buscando perceber nas falas naturalizadas, nas atitudes normalizadas, as possibilidades de serem instrumentos de reprodução do racismo. Não é mais possível ignorar a existência da diversidade racial e cultural no interior da escola. Um dos caminhos apontados para a promoção do respeito à diversidade étnico-racial da qual é formada a cultura brasileira, é o reconhecimento e a valorização das culturas africanas nesse processo de formação.

Corroborando com os pensamentos da autora, torna-se claro que uma educação voltada para as relações étnico-raciais, apesar de ser pouco problematizada, já não é possível pensar em educação sem a mesma. Todavia, é preciso que os(as) educadores(as) utilizem suas influências para disseminar a necessidade de trabalhar a diversidade étnico-racial em sala de aula, e que os alunos entendam o quanto estas abordagens se tornam fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

3.1. A descolonização do saber

A todo momento criamos e reproduzimos em nosso raciocínio ideologias que nem sempre convém com a nossa realidade. Momentos estes em que reproduzimos elementos da nossa cultura que na maioria das vezes interferem na maneira de vermos o nosso entorno, pois ao tentarmos reproduzir elementos de nossa cultura nos deparamos com atitudes e valores que nem sempre são consideradas válidas.

Tais atitudes e valores repercutem diretamente na maneira de vermos o outro, pois as mesmas determinam a forma de agirmos na sociedade. Comumente estamos acostumados a vermos atitudes de supervalorização de determinadas culturas, o que torna outras na condição de oprimida. É o caso da “cultura branca”², que vemos com frequência julgarem a mesma como superior às demais culturas, o que a torna na posição de opressora, enquanto as outras estão subjugadas com o sentimento de oprimido.

Para explicitar o que se entende por oprimido e opressor (COQUEIRO, p.10), vem dizer que “esse conjunto de valores derivam um do outro, cujo ponto de partida está na concepção de mundo que se formou ao longo do processo de construção da cultura brasileira”. Neste sentido, fica evidente o quanto tudo isto faz parte de um longo período de transformação da sociedade e que suas raízes estão impregnadas muito antes, e para isto é preciso urgentemente romper com todas essas transformações que nossa cultura insiste em reproduzir.

Afirmamos a necessidade de lutar por um mundo mais justo e igualitário, onde não existam pessoas superiores a outras, todavia o primeiro passo para essa mudança da sociedade deve estar vinculada diretamente a desmistificação de tais ideologias, que passa efetivamente pela descolonização do saber e das relações de poder.

3.2. A educação étnico-racial e bases legais

² Difícil de entender esse tema, já que nosso país é superficialmente branco e profundamente formado por negros/mestiços.

Em torno da educação diferenciada, toda uma abordagem que faz parte da educação étnico-racial, tem seu embasamento nas seguintes bases legais: Lei 10.639/03 e a Resolução CNE/CP nº01/2004.

3.2.1. Lei 10.639/03

Por muito tempo, a educação voltada para as relações étnico-raciais não era comumente abordada nos sistemas de ensino, ganhando um importante destaque ao ser introduzida nas escolas, a partir da Lei 10.639/2003 que da obrigatoriedade que o ensino de história e cultura afro-brasileira faça parte da grade curricular das instituições.

Em síntese, a lei 10.639/03, aprovada em 9 de janeiro de 2003, refere-se a uma implementação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que altera os artigos 26-A e 79-B, cujo objetivo está vinculado diretamente a obrigação dos sistemas de ensino se articularem e incluírem em seus estabelecimentos o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, além da inserção do dia 20 de novembro - *Dia da Consciência Negra* no calendário escolar.

A lei sem sombra de dúvidas representou um importante avanço em âmbito nacional após sua promulgação, pois apesar de tramitar por muitos tempos as lutas das pessoas por uma educação que incluía esta temática, ainda hoje é perceptível a ausência de um currículo que esteja incluso em todas estas normas. É evidente que, apesar de ser obrigatório, ainda é perceptível uma disseminação muito grande em relação a outras temáticas, deixando de lado a cultura afro-brasileira. Isso acontece pela falta de conhecimento, principalmente por parte do professor, não apenas isso, sem querer restringir a culpa aos professores, a gestão escolar pedagógica também tem sua parcela de culpa, visto que, o coordenador pedagógico tem um papel importante na formação continuada dos docentes.

Neste sentido, a lei 10.639/03 faz uma importante crítica pela qual o sistema de educação estava sujeito, para isso os autores fazem um importante comentário a respeito desta abordagem,

A Lei 10.639/03 tem o potencial de permitir aos alunos negros o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira. A legislação

representa um avanço na democratização do currículo. (ALMEIDA, SANCHEZ, p.57,2017)

As escolas como um todo devem trabalhar esta tática com mais ênfase, pois é uma abordagem que se refere a um longo processo de lutas dos movimentos sociais por uma educação que inclua a todos e pela valorização da cultura negra. Reis e Silva (2013), mencionam a importância de introduzir na prática o que a Lei 10639/03 propõe, trazendo a mesma como importante para desenvolver na criança conceitos de valorização da cultura afro brasileira:

Literatura nos mostra uma diversidade cultural repleta de muitos significados. Por isso é de fundamental importância inseri-la na prática pedagógica do professor dos anos iniciais. Assim, estaremos cumprindo o que a Lei 10.639/03 propõe de maneira lúdica no universo infantil, criando conceitos de valorização em relação à temática afro-brasileira desde cedo nas crianças. (p.01)

Neste sentido, as escolas além de priorizar o ensino da cultura afro-brasileira ainda estariam trabalhando com abordagens consideradas eficientes na literatura infantil e estaria cumprindo o que a lei assinala como importante no âmbito educacional.

Este avanço representou uma relevante conquista para a educação das relações étnico-raciais, pois a partir do momento que é abordada em sala de aula, conseqüentemente irá representar para os alunos uma nova maneira de vermos a educação e o mundo.

Vale ressaltar que, apesar da lei fomentar discussões a respeito das relações étnico raciais nos sistemas de ensino, é evidente que a mesma não é introduzida na maneira como deveria ser, pois ainda é possível perceber nas escolas a forte disseminação dos contos europeus, deixando de lado a abordagem étnico-racial.

Nesta perspectiva, Silveira (2012) traz a questão da literatura infantil nas escolas como um momento para proporcionar aos alunos a problematização de temas considerados difíceis - como o preconceito e o racismo - por considerar ser mais fácil de ser abordado na sala de aula. Desta forma, é imprescindível as contribuições da literatura infantil étnico racial para a construção da identidade do aluno, pois através do respeito e valorização de nossas raízes contribuimos para a valorização de nossa identidade.

Muitas foram as mudanças ocorridas a partir da lei 10639/03, mas se voltarmos para os tempos em que esta lei não teria sido implantada veríamos os desafios encontrados pelos negros. Não afirmando que com a lei esses desafios foram alcançados, mas significou e muito para os negros, pois possibilitou que fossem trabalhadas suas culturas em todas as escolas em esfera nacional. Porém, os desafios ainda são muitos, apesar de termos uma lei que exija o ensino da cultura e da história afro-brasileiras e africanas nos currículos escolares ainda existe uma grande defasagem no que se refere a forma que os negros são contemplados, principalmente nos livros de literatura infantil.

É preciso problematizar mais a respeito dos negros no âmbito educacional como um todo, pois como citado anteriormente, as séries iniciais é um bom momento para problematizar questões relacionadas a cor, raça, etc. e temas considerados pertinentes para esta faixa etária.

3.2.2. Resolução CNE/CP nº 01/2004

Essa Resolução refere-se à instituição de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos das instituições de ensino.

Tal resolução orienta a implementação da Lei nº 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, no artigo 29-A, que diz que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (LDB, 1996).

Essa Resolução acarreta em uma enorme contribuição para a educação, uma vez que, busca desmistificar as desigualdades raciais existentes na atualidade que foram construídas ao longo dos tempos. Sem dúvidas, esta resolução representa uma mudança no cenário da educação, justamente por dar voz aqueles que eram esquecidos por essas construções sociais predominantes. Neste sentido, Paula acredita que,

A implementação desta Lei, não significa simplesmente inserir determinados conteúdos no currículo que aborde a História e Cultura da África e Afro-

brasileira, é necessário repensar a estrutura do atual currículo escolar fundado em uma única vertente de seleção, a européia, de forma que esta resignificação possibilite a grupos excluídos a sua inserção de forma plena no meio escolar, tanto sob o ponto de vista da presença física, quanto sob o ponto de vista do reconhecimento desta como espaço de construção de múltiplas identidades, dentre as quais, a afro-brasileira. Falar da Lei sem refletir sobre os seus objetivos gerais, leva ao equívoco de se trabalhar conteúdos deslocados do seu contexto, sem compreender a sua intencionalidade. (PAULA, p.07, 2010)

A mesma visa garantir o direito não apenas dos negros e negras, mas de todos os estudantes brasileiros a uma educação voltada para o respeito e a tolerância ao próximo, uma educação que integre todos os tipos de raças e etnias e busque intensificar uma diferente forma de vermos o outro e propicie uma educação de qualidade para todos os envolvidos.

Desta forma, fica evidente que a partir desta resolução todos busquem lutar por uma educação de qualidade e que leve os estudantes perceberem uma maneira de verem as diferenças e aprendam a conviver com elas, e mais importante, se consiga compreender como as diferenças culturais torna a sociedade rica e dinâmica, em sua pluralidade.

3.3. O ensino da cultura afro-brasileira através da literatura infantil

Vivemos em uma sociedade que dissemina vários estereótipos por parte dos negros como um todo, não levando em consideração suas lutas e conquistas, por isso, vemos atualmente várias opiniões deturpadas acerca dos negros, expresso pelo preconceito racial, discriminação, lugar social de fala, situação econômica, renda, emprego, educação, moradia.

A literatura infantil disseminada nas escolas reflete e muito, na forma de reflexão, relações raciais presente nos contextos das histórias apresentadas nos livros didáticos em sua grande maioria.

No entanto, vemos nos livros de literatura infantil contemplando os negros de formas distintas, porém, muitos abordam um olhar de discriminação, trazendo-os como pessoas inferiores, enquanto outros, analisam as injustiças sociais presentes nos livros. Neste sentido, Lima e Silva (2013) trazem essas formas distintas de verem os negros na literatura infantil em duas perspectivas.

A condição do negro em algumas produções didáticas ou literárias infantis, na maior parte das vezes, é inferior à do branco e o colocam de maneira inferiorizada, depreciativa, pejorativa ou em situações humilhantes. Nesse sentido, o preconceito racial dentro da estrutura tradicional manifesta-se, quase sempre, na luta do bem contra o mal, e, nesse contexto, a personagem negra, muitas vezes, representa o mal, e os elementos que justificam esse tratamento enaltecem em contrapartida as qualidades do branco vencedor. Por outro lado, é importante ressaltar que algumas produções destinadas ao público infantil procuram denunciar as injustiças sociais e resgatar os valores humanos, ao contrário daquelas que, conscientemente ou não, reforçam os preconceitos étnico-raciais, bem como os estereótipos. Possibilitar o acesso do alunado às obras de literatura infantil que possam colaborar para a formação do leitor crítico e antirracista torna-se imprescindível. (2013, p.105)

Fazendo uma relação da perspectiva dos autores com os fatos vivenciados na sociedade, vemos que a forma que as pessoas notam os negros, são reflexões dos estereótipos de uma sociedade tradicional, que verem os negros como pessoas inferiores a raça branca, e por isso, não se consideram como tal, fazendo respaldo de uma ideologia da cor branca como dominante, sendo superior a raça negra.

Uma escola que prioriza a disseminação da literatura infantil étnico racial contribui para a construção e a formação da criança em um leitor crítico, que não leve em consideração atos racistas. Segundo Reis e Silva,

Uma criança que desde cedo escuta histórias, desenvolve o gosto pela leitura e escrita tendo sua imaginação e criatividade estimuladas para expressar suas ideias. A literatura infantil serve para reforçar os laços de desenvolvimento e descobertas da criança. (p.3)

Desta forma, vemos que a literatura infantil específica, nas séries iniciais, é de fundamental importância para o desenvolvimento da identidade do aluno, uma vez que, possibilita compreender o mundo com o olhar da imaginação, podendo levar a criança a desenvolver um olhar crítico acerca do mundo, efetivando suas percepções a respeito de si mesmo.

Em se tratando da educação, sabemos que a escola brasileira foi racista e ainda é racista, justamente pelo fato de fechar os olhos para uma série de situações cotidianas que são impostas a criança negra.

É preciso averiguar, como os mesmos são tratados nos livros de literatura infantil, pois é através deles que as crianças começam a perceber o mundo e suas singularidades, induzindo a compreender as diferenças existentes nos livros, levando-os a se questionarem que, não existe o feio ou bonito apenas o diferente. Uma vez que, na maioria das vezes os negros são tratados apenas como pessoas inferiores, frágeis, e na maioria dos casos como pessoas feias. Se faz necessário e urgente

mudar a forma como os negros são vistos pela sociedade e, uma das principais mudanças devem ocorrer primeiro do si para depois partir para o outro, desta forma, deve-se problematizar os negros na literatura infantil de forma que respeitem suas especificidades e singularidades.

Desta forma, Gouvêa vem abordar como os negros eram retratados nos livros de literatura infantil entre o período de 1900 a 1920,

Nos textos pesquisados, produzidos entre 1900 e 1920, o negro era um personagem quase ausente, ou referido ocasionalmente como parte da cena doméstica. Era personagem mudo, desprovido de uma caracterização que fosse além da referência racial. (2005, p.83)

Vemos assim a forma ambígua que o negro era retratado nos livros literários voltados para a literatura infantil, trazendo-os como pessoas inferiores, e que ainda hoje existe resquícios dessa literatura do preconceito racial.

As escolas em geral, devem se certificar se os livros que contemplem os negros, estão retratando os mesmos de forma igualitária, sem provocar nenhuma diferença entre os outros personagens, levando a criança a perceber que as diferenças não podem ser compreendidas como sinônimo de desigualdades.

Lembrando que, as crianças não são racistas, as mesmas aprendem a ser, pois uma criança não é uma tábula rasa, ela necessita de orientações para se desenvolver como um todo, nesta perspectiva, a escola deve impulsionar a valorização de nossas raízes, contrapondo-se radicalmente a toda forma de discriminação e racismo.

3.4. A identidade étnico-racial através da literatura infantil: produções e contribuições

Notamos que a literatura infantil pode contribuir e muito para o desenvolvimento das crianças, para isso iremos fomentar alguns questionamentos sobre livros que abordam a questão racial de maneira que possibilite uma reflexão em relação ao tema abordado.

Para início de discussão acerca do assunto será retratado duas obras, ambas de literatura brasileira: “*O cabelo de Lelê*”, de Valeria Belém, e “*Menina bonita do laço de fita*”, de Ana Maria Machado.

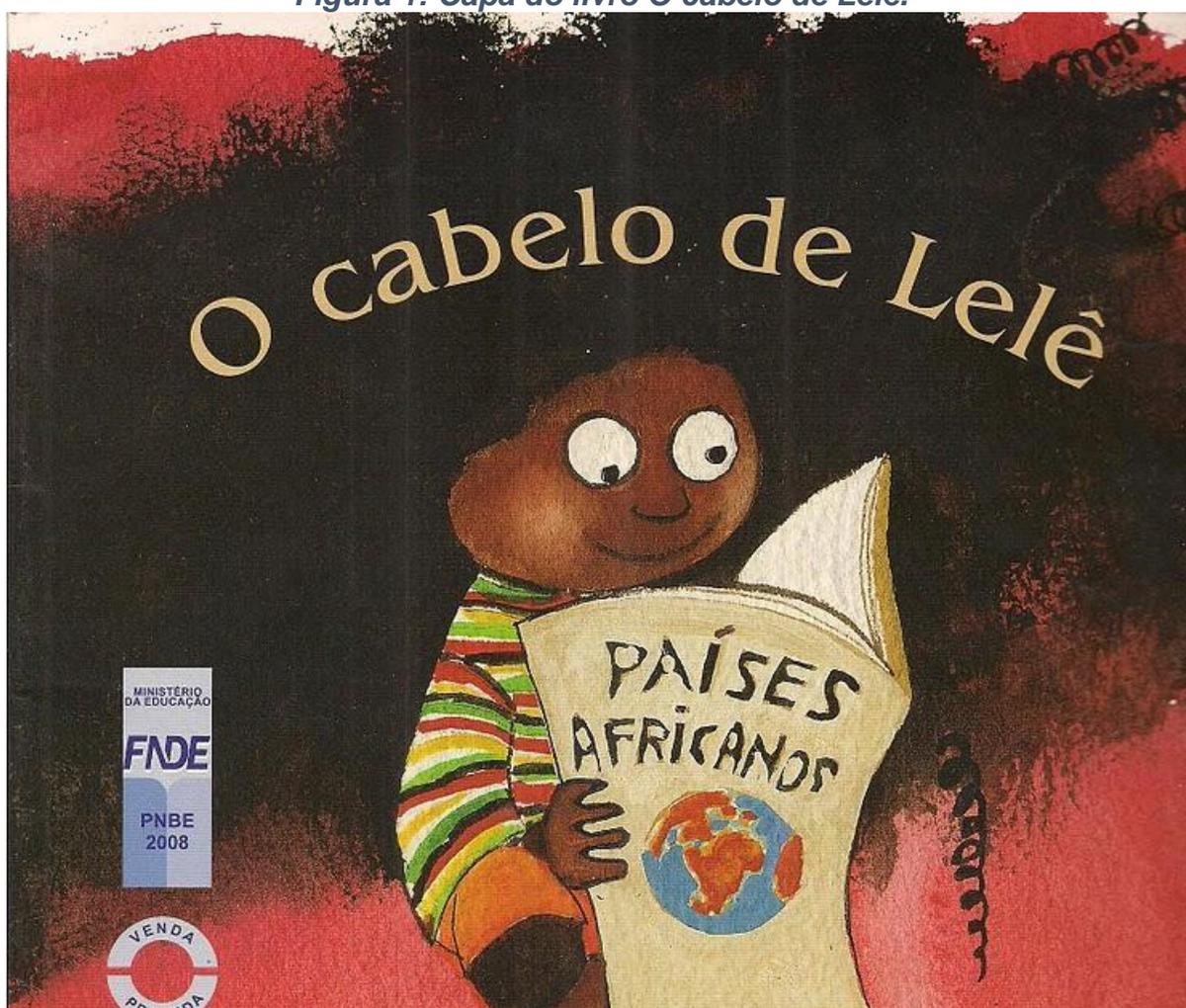
Na obra “*O cabelo de Lelê*”, a narrativa se desenrola no mundo da não aceitação do cabelo pela personagem principal, reafirmando a falta de pertencimento racial e de identidade cultural.

No decorrer da história Lelê viaja em um livro no qual descobre toda a história por trás de seus lindos cachos, que até então não sabia o porquê de tantos cachos. Através do livro Lelê descobre que existe um mundo antes desconhecido por ela, e lhe ensina que através daqueles cachos existe uma cultura, uma raça, uma etnia é mais importante, descobre sua identidade cultural. De acordo com Silveira.

A identidade étnico-racial não se delimita apenas pela cor da pele, normalmente tomada como traço identitário definidor de pertença racial no Brasil, ou, mesmo pelo tipo de cabelo, mas por outros traços constituídos no transcorrer das narrativas (quer nas ilustrações, quer nos textos). Neste sentido, raça e etnia não são vistas como “atributos naturais”, mas como construções culturais que se instituem nos mais variados artefatos – incluindo os livros de literatura, que contribuem para a recriação das identidades raciais dos sujeitos que com eles interagem. (2012, p.188)

De acordo com a autora para se entender seu pertencimento racial, é necessário ir além de sua cor, pois muitos são os traços que mostram o pertencimento racial e a narrativa propôs esse momento de descoberta para a personagem/protagonista levando-a a sentir que pertence a uma identidade cultural e passar pelo processo de aceitação não apenas do cabelo, mas de todos os traços por trás dele.

Figura 1: Capa do livro *O cabelo de Lelê*.



Fonte: Internet

A figura 1, refere-se a capa do livro “O cabelo de Lelê”, que desde o desenho da capa pode levar os alunos a um mundo de descobertas e interpretações acerca do mesmo, visto que, a ilustração já aborda todo um processo de descoberta pelo qual a personagem principal irá trilhar ao longo do livro, levando os leitores a entrarem em um mundo de imaginação e aceitação não apenas pelo cabelo, mas de suas origens e etnias. Uma vez que, estamos passando por um momento em que a ideia de aceitação do cabelo está gerando uma onda positiva de empoderamento nas meninas negras, levando-as a assumir os cachos e se perceberem que não estão mais presas em um padrão de beleza eurocêntrico baseada em estereótipos disseminados ao longo dos tempos.

Já a obra “Menina bonita do laço de fita”, a autora retrata a diversidade étnico-racial brasileira, valorizando a diversidade e levando os leitores a perceberem o quanto o ser negro é valorizado.

Rememoramos que a história traz um coelhinho encantado pela beleza da menina do laço de fita, e que no decorrer da história o mesmo luta para tornar-se igual a ela, justamente por achar a sua pele preta linda. Que de acordo com MACHADO, “a menina era linda, os olhos pareciam duas azeitonas pretas brilhantes, os cabelos enroladinhos e bem negros. A pele era escura e lustrosa”.

A questão étnico-racial nesta obra é abordada de maneira intensa em que o personagem coelho emerge em um mundo de descobertas acerca da origem da cor negra da menina.

Esta obra é vista por muitos como uma importante ferramenta para a desconstrução de uma sociedade que desvalorize as diferenças e fomente o respeito a mesma, pois não basta reconhecer essas diferenças é preciso valorizá-las.

Apesar de sabermos que são raros os livros que enaltecem o personagem negro como protagonista, a minoria existente reforça as características predominantes desta raça e que ao dar ênfase a esta abordagem na história propicia as crianças uma representatividade ao serem vistos idealizados nas obras.

Figura 2: Capa do livro Menina Bonita do laço de fita.



Fonte: Internet

Na figura 2, a imagem representa o inverso da figura 1, por já apresentar um processo de aceitação pela personagem, no entanto é perceptível que o coelhinho da imagem já demonstra um profundo encantamento pela menina da cor preta, levando-o a percorrer um caminho de descobertas por trás daquela linda cor.

Estas duas obras apesar de serem distintas, ambas abordam uma perspectiva voltada para a identidade étnico-racial, que, segundo (HALL,2006, p.38).

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada".

Neste sentido, percebe-se que a problemática apresentada nas obras, representa o que Hall (2006) acredita ser identidade, já que o mesmo afirma que a identidade é um processo em construção e não um ato isolado.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1. Os instrumentos de coletas de dados

Essa pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Maria José Gomes na comunidade Quilombola Moreira de Baixo, sendo uma extensão do núcleo da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Gomes localizada na comunidade Quilombola Lagoa das Pedras, município de Água Branca – AL.

O trabalho se configura como uma pesquisa de caráter qualitativa, que nas palavras de Minayo (2003)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2003, p.21,22)

A ferramenta de pesquisa utilizada pelo presente trabalho é o estudo de caso. De acordo com Gil (2002, p. 54)

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

No primeiro momento, o objetivo de coleta de dados da pesquisa era ser realizado através de entrevistas com as professoras e do acompanhamento de algumas aulas em que as mesmas estivessem abordando o tema em questão. Porém, não foi possível realizar as pesquisas através de entrevistas devido a suspensão das atividades presenciais por aulas a distância (online). Isto ocorreu, justamente pelo fato de estamos passando pela fase de isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) que ocasionou o fechamento de todas as escolas da região.

Partindo então de tais argumentações, o contato com as professoras que seria de forma presencial não pode ocorrer nos levando a contatá-las através dos meios de comunicação (WhatsApp e e-mail).

De imediato as professoras aceitaram participar da pesquisa simplesmente por acreditarem que a pesquisa iria contribuir com o trabalho através de suas formações e vivências em sala de aula. Desta forma, foi utilizado o questionário com onze

perguntas, sendo dez abertas e uma fechada (que foram respondidas pelas professoras da escola).

O questionário foi realizado no mês de outubro e novembro de 2020 e ocorreu com o seguinte procedimento: no dia 12 de outubro entramos em contato com as três professoras através do WhatsApp em que ambas aceitaram participar, no entanto pediram um prazo para enviarem as respostas já que estavam com algumas demandas pendentes da escola. Por isso, a última professora a responder foi no dia 09 de novembro.

4.2. O contexto o qual a escola analisada está situada: caracterização do campo de pesquisa

A escola objeto da pesquisa, está localizada na Comunidade Moreira de Baixo em Água Branca/AL. A mesma é remanescente de quilombo, que logo após o ato de criação foi denominada uma comunidade quilombola por ter em suas origens resquícios de antepassados oriundos de quilombolas.

Para entendermos um pouco mais da história desta localidade é preciso aprofundarmos a fundo sobre a sua história, seu antepassado e suas origens. No entanto, iremos nos restringir apenas sobre sua criação e sua importância para as pessoas da região enquanto pertencentes a remanescentes de quilombolas.

A mesma faz parte do município de Água Branca – AL e é uma entre outras comunidades quilombolas da região, como: (Cal, Lagoa das Pedras, Barro Preto, Serra das Viúvas e Queimadas).

A comunidade tem uma associação que foi criada no mês de agosto de 2012, sendo registrada apenas no ano de 2013 mais especificamente, no mês de outubro, ganhando o título de quilombola apenas no mês de fevereiro de 2015 pela Fundação Palmares.

Fica evidente que, o percurso trilhado pela comunidade não foi algo inacabado, foi necessário o compromisso dos moradores pela luta pelos seus direitos, mostrando que a união de todos é capaz de buscar os objetivos necessários para enfrentar todos os obstáculos.

A comunidade tem como elemento fundamental as melhorias provenientes da associação que busca trazer melhorias para os moradores de diversas maneiras, seja através de projetos ou até mesmo de ações realizadas pela própria comunidade.

Esta associação representa na comunidade uma busca pelos direitos de pertencimento a uma cultura que antes não predominava na região. Porém, ainda é possível perceber as pessoas com receio em se declararem quilombolas por acreditarem que ser quilombola é ser escravo e negro.

No entanto, não é possível ter uma denominação coerente sobre o que é ser quilombola, mas o que sabemos é que ser quilombola não é ser escravo e sim ter em seus antepassados pessoas que foram escravizadas.

Vale ressaltar que, as pessoas ao negarem seu pertencimento racial estão causando um grande equívoco com eles mesmos, pois não entendem que eles não são escravos e que o período de escravatura apesar de ter perdurado por muitos tempos já foi abolido a muitos anos atrás. Certamente o que dificulta o pensamento das pessoas está diretamente relacionado aos resquícios ainda predominantes desta época remota.

A instituição campo da pesquisa é a Escola Municipal de Educação Básica Maria José Gomes/extensão da escola núcleo situada na comunidade quilombola Lagoa das Pedras. A mesma passou a ser extensão da escola núcleo no ano de 2010, no dia 06 de julho de 2010, após ser desmembrada da Escola Municipal de Educação Básica América Fernandes Torres.

A escola está localizada em uma área central da comunidade³ sendo considerada uma área de fácil acesso para os envolvidos no sistema de ensino (alunos, professores, gestores e profissionais). Conta com uma boa estrutura por ter passado por uma reforma geral no ano de 2019. É importante frisar que, apesar de ter passado por uma pequena reforma, a mesma continua com apenas algumas alterações referentes às necessidades básicas da instituição, foram acrescentados 4 ventiladores em cada sala de aula e ambas foram forradas com PVC.

³ É considerado o centro da comunidade pelos moradores

Em relação à estrutura, a mesma tem duas (2) salas de aula, uma (1) cantina, dois (2) banheiros (masculino/feminino), dois (2) almoxarifados, um (1) pátio coberto, caixa d'água e no seu entorno existe uma torre telefônica. Para especificar melhor a estrutura da escola, Oliveira elaborou uma planta da escola para fins de esclarecimento.

Figura 3: planta da escola



Fonte: OLIVEIRA, 2018 p. 31

Os recursos financeiros da instituição são fornecidos pelo FNDE/MEC, PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola). Vale ressaltar que estes dados foram todos retirados do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Todavia, a escola busca promover uma melhor educação embasando-se na realidade dos alunos, procurando trazer para os mesmos aspectos presentes em seu dia a dia a fim de promover uma educação de qualidade e consequentemente auxiliar no desenvolvimento dos mesmos.

Os estudantes da escola são todos de origem quilombola e a situação econômica de ambos é de baixa renda e a grande maioria sobrevive do bolsa família e da agricultura.

Tabela 2: divisão das turmas e quantidade de alunos por turno

MATUTINO		
	Série(s)	Alunos
Sala 1	2º e 3º ano	26
Sala 2	Pré I, II e 1º ano	23
Total		49
VESPERTINO		
	Série	Alunos
Sala 1	4º e 5º ano	28
NOTURNO		
	Série	Alunos
Sala 2	EJA	18

Fonte: A autora 2020

A tabela acima faz referência a quantidade de alunos que estudam na escola presente na comunidade nos horários matutino, vespertino e noturno, totalizando 85 alunos, no entanto a pesquisa só faz alusão às séries iniciais.

A partir desta tabela, é possível visualizar que todas as classes são formadas por turmas multisseriadas, o que dificulta no planejamento das aulas das professoras, por estar lidando diretamente com níveis de ensino e aprendizagem diversificados.

4.3. Perfil das entrevistadas

Para participar da pesquisa selecionamos 3 professoras das series iniciais que trabalham na escola para responder ao questionário, e as demais informações sobre o perfil de ambas seguem abaixo.

Professora A: concursada, formada em Pedagogia, trabalha 25 horas semanais, atua há 07 anos na escola, professora do 4º e 5º ano.

Professora B: concursada, formada em Pedagogia, possui mestrado em educação voltado ao letramento das séries iniciais, trabalha 25 horas semanais, atua há 04 anos na escola, no entanto já está a um longo tempo trabalhando com a educação, professora do 2º e 3º ano

Professora C: contratada, formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) *Campus Sertão*, no momento está cursando uma pós-graduação sobre história e cultura afro, em busca de aperfeiçoamento para se trabalhar em sala de aula. Trabalha 25 horas *semanais*, atua há 03 anos na escola, sendo este o mesmo tempo que trabalha com a educação. A mesma é residente da comunidade em que atua e trabalha com as crianças do Pré I, II e 1º ano

Através do perfil das professoras, nota-se que ambas estão qualificadas para trabalharem em sala de aula já que o especificado pela LDB 9394/96, em seu artigo 62 é,

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996)

Desta forma, nota-se que a formação mínima exigida pela lei está sendo seguida, já que ambas têm uma boa formação para atuarem na área, e estão sempre em busca de qualificação profissional.

5. ANÁLISE DA PESQUISA

Assim como foi mencionado anteriormente, esta pesquisa visa analisar como a literatura infantil étnica- racial pode contribuir para o desenvolvimento da identidade do aluno da comunidade em questão. Para isso, as professoras selecionadas responderam um questionário disponibilizado com perguntas-chaves que respondam às exigências da pesquisa e busquem resolver as dúvidas levantadas pelo pesquisador.

Vale ressaltar que, para não divulgar os nomes das professoras iremos retratá-las através de algumas letras do alfabeto a fim de manter sua identidade preservada.

Abaixo será citado as perguntas que foram enviadas para as professoras, os resultados e as respectivas análises de ambas.

Tabela 3: A escola enquanto comunidade quilombola tem em seu acervo livros de literatura infantil étnico racial?

Professoras	Respostas
Professora A	Sim
Professora B	Não
Professora C	Sim

Fonte: A autora (2020)

Diante da resposta das três professoras fica evidente a discordância que houve com as respostas das mesmas, uma vez que, apesar de ser uma pergunta fácil de ser respondida uma das professoras ao responder que não existiam livros voltados para a temática e deixou uma dúvida solta não apenas para nós enquanto pesquisadores, mas se observamos a resposta das outras professoras fica evidente que aconteceu um equívoco com a resposta das mesmas, pois não se sabe ao certo se as respostas delas estão considerando apenas os livros existentes na escola localizada na comunidade ou os livros no acervo da escola núcleo.

Tabela 4: Você costuma utilizar quais livros voltados para literatura infantil étnico racial?

Professoras	Respostas
Professora A	Os livros da temática vieram por meio de programas do governo de incentivo à leitura, entre eles o PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa). Dentre eles, abordam o tema: Pretinho, meu boneco querido, Canção dos povos africanos, Batuque de cores, O herói de Damião em a descoberta da capoeira, Minha família é colorida, Bruna e a galinha d'Angola, entre outros.
Professora B	Livros virtuais voltados à essa etnia.
Professora C	Menina bonita do laço de fita, O cabelo de Lelê, Meninas negras, Pretinho meu boneco querido, As tranças de Bintou, Cada um com seu jeito, Cada jeito é de um! Minha mãe é negra sim! Obax, Maju não vai à festa, Que cor é a minha

	cor? Chuva de manga, O menino marrom, Lindara, A bonequinha preta.
--	--

Fonte: A autora (2020)

A partir da resposta das professoras, é perceptível que o acervo de livros trabalhados nesta temática pelas professoras é vasta e completa de significados para os alunos enquanto moradores de uma comunidade quilombola que necessitam se perceberem enquanto pertencentes a uma cultura.

Neste sentido, as professoras além de apresentarem um acervo rico em conhecimento e vasto em características peculiares de cada enredo nos leva a transportar para um mundo da imaginação e perceber o quanto existe uma infinidade de livros que contemplam nossas raízes e transcendem culturas e etnias distintas.

Se perceber enquanto quilombola através da leitura e das imagens representadas nos livros leva as crianças a se considerarem parte de uma cultura preexistente e se reconhecerem enquanto pessoas idealizadas pelos livros e é justamente o que acontece ao serem transmitidas pelas professoras em suas aulas.

Tabela 5: A gestão da escola incentiva os professores a trabalharem com essa temática ou foca apenas nas datas comemorativas? Se sim, como ocorre esse incentivo?

Professoras	Respostas
Professora A	Sempre há o incentivo, uma vez que as Comunidades Quilombolas são próximas umas das outras, e estimular a 'aceitação' das crianças quanto à sua cor, tradições, acaba passando pela escola, então mesmo fora das datas comemorativas a temática é abordada e incentivada por todo o corpo pedagógico da escola.
Professora B	Sim. O incentivo é direcionado a temas norteadores que contemplem a comunidade quilombola infantil.
Professora C	Foca apenas nas datas comemorativas.

As professoras ao serem questionadas se há incentivo para trabalhar a literatura infantil étnico racial na sala de aula todas responderam de maneiras

distintas, enquanto a professora A enfatizou que existe o incentivo por parte da gestão da escola em incentivar os professores a trabalharem com a temática não ficando apenas como um segundo plano que seria as datas comemorativas, que é justamente um motivo de discordância que há entre as respostas da professora A e a professora C, já que a professora C afirma que os únicos momentos de incentivo por parte da gestão da escola ocorre justamente nas datas comemorativas.

Por outro lado, a professora B enfatiza o uso de temas norteadores disponibilizados pela gestão da escola, deixando claro que esta temática é trabalhada em outros momentos do ano e não apenas em datas comemorativas.

Tabela 6:Quais as maiores dificuldades para dar aula voltada para esta temática?

Professoras	Respostas
Professora A	Não há muitas dificuldades, uma vez que a temática é bem aceita pelos alunos.
Professora B	Falta de acesso à internet na escola extensão
Professora C	São poucos os livros infantis étnicos raciais disponíveis na escola, o professor é quem busca outros livros com essa temática para trabalhar com os alunos e falta formação para os professores relacionado a esse tema.

Fonte: A autora (2020)

Falar em dificuldades para trabalhar em sala de aula, é um tema que aborda diversas características importantes, sejam elas voltados para recursos financeiros ou para falta de materiais ou até outras dificuldades existentes no sistema educacional e principalmente nas escolas públicas.

Desta forma, a professora A não considera ter dificuldades para trabalhar a temática, levando a perceber que embasamento teórico e prático se apresenta de maneira distinta nos levando a acreditar que a mesma se restringe apenas a dificuldades voltadas para o planejamento e execução de seu plano de ensino não caracterizando outras dificuldades, já que não considera uma dificuldade trabalhar com esta abordagem.

Por outro lado, as demais professoras descreveram suas maiores dificuldades para trabalhar em sala de aula, dificuldades estas que não se restringe apenas a esta temática, pois são desafios que se apresentam no dia a dia daquela instituição de ensino que de alguma maneira acaba por interferir no bom desenvolvimento das aulas das professoras por não terem os recursos necessários à sua disposição.

Tabela 7: Quais propostas pedagógicas você utiliza para trabalhar a literatura infantil étnico racial na sala de aula?

Professoras	Respostas
Professora A	Diversas, desde leitura, ortografia, temas sociais que possam ser abrangidos pelo tema, fatos históricos, dados quantitativos, é possível fazer um trabalho que contemple a temática de diversas formas
Professora B	As propostas do referencial para a educação infantil em consonância a vivência na comunidade quilombola e suas temáticas de forma lúdica possível.
Professora C	Estamos trabalhando com sequências didáticas, a cada quinzena trabalhamos um tema norteador diferente.

Fonte: A autora (2020)

As propostas pedagógicas citadas pelas professoras são diversas, apesar de serem trabalhadas de maneiras distintas ambas abordam em suas propostas pedagógicas suas maneiras de ensinar de uma maneira que os alunos compreendam o que elas desejam passar de conhecimento sobre o assunto abordado.

Pela resposta das professoras as propostas pedagógicas são trabalhadas a partir de sequências didáticas cabendo ao professor aperfeiçoar o plano de acordo com as especificidades de sua sala de aula e buscar trabalhar de maneira que propicie o aprendizado de forma eficaz de seus educandos. Fica evidente que a coordenação pedagógica não auxilia no planejamento como deveria deixando tudo à mercê das professoras,

Tabela 8: Qual a importância da literatura infantil étnico racial para o desenvolvimento da criança?

Professoras	Respostas
Professora A	A literatura por si só já é de suma importância no aprendizado, no entanto por se tratar de uma comunidade de remanescentes quilombolas, os temas étnico-raciais promovem uma forma de reconhecimento identitário das crianças, por perceberem que há boas histórias com personagens de variadas etnias, não somente “princesas e príncipes brancos”.
Professora B	O auto conhecimento e sua valorização cultural racial
Professora C	É de grande importância trabalhar a literatura infantil étnico racial com as crianças, a partir das leituras realizadas, percebemos que os estudantes começam a se identificar com os personagens dos livros e começam a compreender melhor a sua própria identidade.

Fonte: A autora (2020)

De acordo com as professoras, uma das maiores importâncias em trabalhar a literatura infantil étnico- racial na escola é primeiramente desenvolver no aluno o autoconhecimento acerca de suas origens e antepassados.

Neste sentido, a leitura se apresenta como uma ferramenta de aprendizagem crucial para o desenvolvimento dos alunos, visto que, através dela as crianças se abrirão para um mundo de descobertas através das histórias lidas.

Vale destacar que, a literatura ao ser apresentada aos alunos através de uma outra maneira, sem ser aquela qual estamos acostumados em que idealiza os personagens brancos como indivíduos superiores, passa para esses alunos a importância de se perceberem enquanto pertencentes a uma comunidade quilombola que teve em suas origens e antepassados barreiras que jamais serão esquecidas.

Desta maneira o que a professora A enfatiza é justamente a erradicação do preconceito existente nos livros por uma literatura do respeito e da tolerância com os demais indivíduos.

Tabela 9: Você se sente preparada para dar aula sobre a temática étnico racial?

Professoras	Respostas
Professora A	Preparada na medida do possível, uma vez que as práticas sempre sofrem alterações, no entanto, me adapto às mudanças e não sinto muita dificuldade em desenvolver o tema em sala.
Professora B	Sim. Sou professora para ministrar aulas tanto infantil, fundamental 1 e matérias do médio na área das políticas educacionais e superior; pois sou mestra em educação voltado ao letramento das séries iniciais
Professora C	Não me sentia nem um pouco preparada, na minha formação acadêmica não fui preparada para trabalhar essa temática, houve algumas abordagens bem superficiais, por isso iniciei uma pós-graduação sobre história e cultura afro, mas ainda não me sinto totalmente preparada.

Fonte: A autora (2020)

Ao se falar sobre preparação para se trabalhar com a questão étnico racial em sala de aula surgiram três perspectivas distintas das professoras entrevistadas sobre a pergunta mencionada.

A professora A, ao afirmar que não se sente preparada o suficiente para trabalhar acerca do assunto, nos leva a pensar em todo um sistema educacional despreparado referente a políticas públicas que atenda às exigências do sistema de ensino. Tais como: falta de recursos, formação continuada para os professores, etc.

Neste sentido, essa formação pouca ofertada requer das professoras que buscam resolver os desafios encontrados através de seus próprios esforços que

atendam as demandas da sala de aula, e conseqüente se adaptem às mudanças impostas pelas alterações que as práticas pedagógicas sofrem.

Já a professora B, respondeu à pergunta de maneira superficial, restringindo-se apenas a sua formação acadêmica, não demonstrando sentir nenhum despreparo para atuar em sala de aula.

Por outro lado, a professora C, nos leva a questionar até que ponto o currículo da instituição na qual a mesma realizou o nível superior se apresenta de maneira eficiente e completa, nos levando a criticar as cargas horárias impostas para as disciplinas e sua real eficácia.

Visto que, a mesma não se considera preparada por não ter em sua formação disciplinas que ofertasse esta temática, nos induzindo a voltar a repensar sobre a formação continuada dos professores.

Tabela 10: Em tempos de isolamento social, quais as maiores dificuldades enfrentadas para dar aula?

Professoras	Respostas
Professora A	A maior dificuldade tem sido o acompanhamento real do desenvolvimento do aluno. Apesar das tecnologias 'aproximarem', não dão a dimensão do que teríamos com a aula presencial. Não é possível quantificar plenamente o que de fato está sendo aprendido ou não pelo aluno.
Professora B	As famílias que não têm acesso a internet, por conta do baixíssimo poder aquisitivo. Tenho que me reinventar para elaborar roteiros para atendimento impresso; sem livro didático, tudo por conta de pesquisa e imagens online
Professora C	A minha maior dificuldade é não ter o contato com as crianças, mesmo que este contato seja virtual, tenho apenas sete alunos que estão acompanhando as aulas online, esses eu consigo acompanhar realmente o desenvolvimento de cada um deles, já o acompanhamento dos outros dezesseis que recebem as apostilas fica um pouco superficial.

Fonte: A autora (2020)

Falar em isolamento social é refletir sobre todas as consequências que estão à disposição da sociedade no momento, já que é um problema que afeta não apenas o sistema de ensino brasileiro. As escolas tiveram que se reinventar e buscarem melhorias e aperfeiçoamentos para seu plano de ensino.

A escola citada, está realizando as aulas a distância o que torna a abordagem das professoras de maneira superficial, já que as aulas são realizadas online e nem todos os alunos têm acesso aos meios de comunicação para terem acesso às aulas, o que ocasiona em um baixo aproveitamento e conseqüente um déficit na aprendizagem dos alunos.

No entanto, a partir da resposta das professoras não é possível quantificar o que está sendo aprendido ou não pelos alunos já que o acompanhamento não está sendo feito de maneira correta.

Tabela 11: Como você está trabalhando a literatura infantil com os alunos a distância?

Professoras	Respostas
Professora A	De forma parcial, por vezes com algum texto em atividade impressa, mas muito superficialmente.
Professora B	Através de roteiros impressos e sugestões de outros profissionais da área, vídeos com músicas, brincadeiras e objetos do convívio para trabalhar às áreas do conhecimento da Educação Infantil. Em suma, online e objetos que possam subsidiar leitura matemática, música, movimento e sociedade.
Professora C	Com os alunos que estão online, envio o livro em PDF e em vídeo, com os outros entrego um livro a cada quinzena junto com a apostila

Fonte: A autora (2020)

Trabalhar a leitura em sala de aula já é uma tarefa árdua, e a distância se torna ainda mais complicada, já que as professoras não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos alunos tornando mais difícil a aprendizagem.

De acordo com a resposta das professoras, elas buscam trabalhar a literatura de distintas maneiras para que seja melhor absorvido pelos alunos. Apesar de buscarem trabalhar de uma maneira que os alunos consigam compreender, ainda assim é difícil por não estarem acompanhando os alunos como deveriam.

Tabela 12: Foi possível perceber se os alunos diminuíram o nível de ensino com esta nova forma de educação (aulas remotas, ensino híbrido)?

Professoras	Respostas
Professora A	Essa diminuição é inevitável, considerando inclusive a situação dos alunos (muitas vezes não têm celular, dividem com os irmãos, sinal de internet inconsistente...), sem contar que muitas vezes eles nem se mobilizam a realizar as atividades por não ter 'obrigação'. Então é perceptível essa diminuição.
Professora B	Somente aqueles que não acessam a internet pois os pais ou responsáveis possuem baixa escolaridade
Professora C	Na minha opinião, nesse momento não é possível fazer essa avaliação ainda, somente depois da volta as aulas "normal" é que podemos avaliar como está o nível de aprendizagem de cada criança.

Fonte: A autora (2020)

Diante das respostas das professoras, é possível ter uma visão de retrocesso na educação da escola, já que as mudanças sofridas no ano letivo acabaram por interferir no bom andamento das aulas o que ocasionou uma diminuição no nível de aprendizagem dos alunos.

Apesar da professora C afirmar que não é possível quantificar se houve diminuição na aprendizagem dos alunos, as demais professoras afirmam que sim, que

esta diminuição é inevitável, desde o momento que consideram as condições sociais e econômicas na qual os alunos estão inseridos.

Condições essas que acabam interferindo na aprendizagem dos alunos, que segundo as professoras o primeiro problema a ser enfrentado refere-se aos meios de comunicação, e como estes alunos se utilizam dos mesmos, já que nem todos tem acesso aos recursos necessários (celular e internet).

Nos levando a refletir sobre outro problema que aflige a comunidade “o analfabetismo e a baixa escolaridade”, que interfere consideravelmente na aprendizagem dos alunos. Neste caso, como alguns pais tem baixa escolaridade não é possível que todos os alunos realizem as tarefas assim como prescrito pelas educadoras.

Tabela 13: Teria algum livro para sugerir para outros professores voltado para a literatura infantil étnico- racial que considera importante para o desenvolvimento da identidade do aluno?

Professoras	Respostas
Professora A	Alguns clássicos como: Menina Bonita do Laço de Fita, O cabelo de Lelê, outros recentes como: Por que somos de cores diferentes?, Histórias de nossa gente.
Professora B	Bucala (a pequena princesa do quilombo do cabula) – Davi Nunes. Meu crespo é de rainha – Bell books. Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis – Jarvid Arraes, entre outros.
Professora C	Menina Bonita do Laço de Fita.

Os livros sugeridos pelas professoras nos remontam a repensar o ideário de educação, educação esta que não prioriza apenas o que é considerado elitista em que subjagam superiores aos demais. É repensar uma educação diferente que contemple a todos e não se restrinja apenas aos personagens em que o enredo se volta para os príncipes e princesas brancas.

Neste sentido, os livros abordam características peculiares de um povo e de culturas que há muito tempo foram reprimidas por não se encaixarem nos padrões da sociedade.

As narrativas expressas nos livros são repletas de significados e simbologia já que são apresentados de diversas maneiras, não apenas em formato de texto, mas em forma de poema, de cordel, etc.

Temas como: quilombo, negritude, representatividade negra, entre outros, são abordados pelos livros e que busca através da literatura conscientizar sobre a história dos povos brasileiros, que por muito tempo, foram esquecidos e deixados de fora das narrativas.

Portanto, estes livros ao serem apresentados às crianças desde pequenas irão desenvolver nos mesmos não apenas o prazer pela leitura, mas poderá ensiná-los a crescerem com um pensamento crítico e se perceberem como parte de uma cultura que lhes dá identidade própria e orgulho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, foi possível perceber o quanto as escolas ainda não estão preparadas para trabalhar com esta temática étnico racial, apesar de termos toda uma legislação cujo aporte legal é favorável à prática pedagógica diferenciada. No entanto, se percebe a falta de conexão entre o que está no papel e aquilo que está sendo posto na realidade das escolas brasileiras, rurais e urbanas.

Temos uma legislação que pode estar fadada ao fracasso, não dizendo que a legislação não funciona, mas afirmando que as políticas públicas vigentes não avançam como deveriam.

Diante da realidade da escola, enquanto formadora de crianças críticas, pensantes e atuantes na sociedade, é necessário fomentar essas discussões desde cedo, para que as mesmas cresçam com pensamento diferente acerca do que estão acostumados a verem e pensarem em seu cotidiano e nos cenários virtuais.

Em nosso estudo compreendemos que a escola alvo da pesquisa não possui os recursos necessários para o bom desenvolvimento dos planos de aula das professoras, o que dificulta na forma de ensinarem, além de não disponibilizar os materiais necessários para trabalhar a temática étnico racial em sua profundidade. Porém, não se trata apenas de falta de material. Formação continuada das professoras é um requisito fundante para o êxito dessa perspectiva identitária. Todavia, cabe destacar, que as professoras buscam, dentro de seus limites,

aperfeiçoamento teórico e prático, para melhorar suas práticas pedagógicas, trabalhando o tema com os alunos(as), num diálogo respeitoso e construtivo.

A partir das respostas oferecidas pelas professoras, aplicada pelo nosso questionário, ficou evidente que trabalham em consonância com a realidade dos alunos (as), abordando temas da cultura local, história, lutas e conquistas.

É necessário, não obstante, incentivar os alunos da comunidade, quanto a busca por novas fontes literárias, para conseqüentemente aumentar seus níveis de conhecimento. Para isso se faz crucial que tenham interesse em lerem livros infantis com perspectivas étnicas racial.

Neste sentido, a orientação das professoras é fundamental, de modo que os alunos tenham acesso a livros que tratem sobre temas ligado as lutas do povo negro, assim as crianças vão sentindo-se representadas numa história que também é sua.

Concluimos quanto à importância do livro orientado corretamente na formação infantil de uma comunidade quilombola; material que valorize suas raízes, que discuta as múltiplas dimensões da identidade cultural, relações de gênero, trabalho, renda, cidadania, memória, identidade étnica. Portanto, a escola tem um papel fundamental para mudar essa ideia disseminada pela sociedade como um todo, é preciso resgatar a identidade étnico racial do aluno, e os livros podem ser instrumento imprescindível para mudar a forma que tratam os negros, seja pelo preconceito, discriminação, ou formas pejorativas de verem os mesmos. Esperamos, por fim, com essa pesquisa, que outras mais possam vir a superar as lacunas que porventura a mesma tenha deixado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ. Livia Pizauro. **Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. 2017, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n1/1980-6248-pp-28-01-00055.pdf> acessado em: 08/09/2019.

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: o Pedagogo dos Jardins de Infância**. São Paulo: Vozes, 2002.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

BRASIL, ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf/

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BULATY, Andréia; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. **Perfil dos professores da educação infantil: estudo de um município do interior do paraná**. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17605_9290.pdf/ Acessado em: 10.set.2020.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAPA DO LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/valorizando-diversidade-menina-bonita-laco-de-fita/> Acessado em: 12. set. 2020.

CAPA DO LIVRO O CABELO DE LELÊ. DISPONÍVEL EM:
<https://escolajoaopaulo.com.br/livro-o-cabelo-de-lele/> Acessado em: 12. set. 2020.

COQUEIRO, Edna Aparecida. **Educação das relações étnico-raciais: Desnaturalizando o racismo na escola e para além dela.** Curitiba.

CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (Org.). **Educação Infantil – Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa.**4.ed. – São Paulo: Atlas, 2010

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, Degiane Amorim Dermiro de; GERMANO, Jéssica. **A Importância do Planejamento e da Rotina na Educação Infantil.** 2013. Disponível em:
<http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/II%20Jornada%20de%20Didatica%20e%20I%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD%20-%20Docencia%20na%20educacao%20Superior%20caminhos%20para%20uma%20praxis%20transformadora/A%20IMPORTANCIA%20DO%20PLANEJAMENTO%20E%20DA%20ROTINA%20NA%20EDUCACAO.pdf>. Acessado no dia 21/01/2020.

KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

MACHADO, Josiane Porto. **A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NO CONTEXTO ESCOLAR DE ENSINO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO – SC,** 2017. Disponível em: [http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Josiane.pdf/](http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Josiane.pdf)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: vozes, 2003.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação Infantil no Brasil: Primeira Etapa da educação Básica.** Brasília: UNESCO, Ministério da educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, Flávio Luis Gomes de. **Indisciplina Escolar: Possibilidades de Intervenções na Prática Pedagógica.** Cadernos PDE, 2014. Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_ped_pdp_flavio_luis_gomes_de_oliveira.pdf. Acessado no dia 25/06/2019

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** – 7.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

PAULA, Benjamim Oliveira de. **A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E OS DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA.** 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273288874_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETO-BENJAMIN.pdf. Acessado em 12.set.2020

PRIORE, Mary Del. **O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império.** In: Mary del Priore (org.). **História das crianças no Brasil.** 7.ed.- São Paulo: contexto, 2010.

SILVA, Teresa Cristina et al.. **A literatura infantil nos anos iniciais: a questão racial e o preconceito na sala de aula.** Anais III ENID / UEPB... Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/4856>>. Acesso em: 30/11/2020 09:24

SILVA, Catia Regina; KAULFUSS, Marco Aurélio. **A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NWgq2JCop9F9YwD_2017-1-21-11-14-37.pdf

SILVA, Eva Dino do Nascimento. **A questão étnico-racial na educação infantil: Fomentando novas práticas pedagógicas.** Campina Grande, 2014.

SILVEIRA, Rosa Hessel et. al. **A diferença na literatura infantil: narrativas e leituras.** São Paulo: Moderna, 2012.

APENDICE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **A literatura infantil étnico racial e sua contribuição no processo desenvolvimento da identidade do aluno da comunidade quilombola Moreira de Baixo**. Dos pesquisadores Rosivânia dos Santos Gonçalves e Ivamilson Silva Barbalho.

A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. **O estudo se destina a** literatura infantil étnico racial e sua contribuição no processo desenvolvimento da identidade do aluno da comunidade quilombola Moreira de Baixo
2. **A importância deste estudo é a de** entender como a literatura infantil pode contribuir para o desenvolvimento da identidade do aluno.
3. **Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes:** Valorizar e resgatar a identidade étnico-racial através dos livros; Analisar a contribuição dos livros de literatura infantil étnico racial para a construção da identidade do aluno; Refletir sobre a representação do negro na Literatura Infantil
4. **A coleta de dados começará em** outubro **e terminará em** novembro
5. **O estudo será feito da seguinte maneira:** questionário via mídias sociais
6. **A sua participação será nas seguintes etapas:** responder as questões
7. **Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são:** nenhuma
8. **Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são:** contribuir com resultados positivos para a comunidade
09. **Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.**
10. **A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.**

11. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

12. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

13. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).

14. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão

Endereço: AL-145, 3849 - Cidade Universitária

Complemento:

Cidade/CEP: Delmiro Gouveia/57480-000

Telefone: 3214-1745

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).

Endereço:

Complemento:

Cidade/CEP:

Telefone:

Ponto de referência:

Delmiro Gouveia, AL de de .

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

ANEXO

Questionário

1- Quantos alunos ensina?

2- Qual a serie que ensina?

3- A escola enquanto comunidade quilombola tem em seu acervo livros de literatura infantil étnico racial?

() sim () não

4- Você costuma utilizar quais livros voltados para literatura infantil étnico racial?

5- A gestão da escola incentiva os professores a trabalharem com essa temática ou foca apenas nas datas comemorativas? Se sim, como ocorre esse incentivo?

6- Quais as maiores dificuldades para dar aula voltada para esta temática?

7- Quais propostas pedagógicas você utiliza para trabalhar a literatura infantil étnico racial na sala de aula?

8- Qual a importância da literatura infantil étnico racial para o desenvolvimento da criança?

9- Você se sente preparada para dar aula sobre a temática étnico racial?

10- Em tempos de isolamento social, quais as maiores dificuldades enfrentadas para dar aula?

11- Como você está trabalhando a literatura infantil com os alunos a distância?

12- Foi possível perceber se os alunos diminuíram o nível de ensino com esta nova forma de educação (a distância)

13- Teria algum livro para sugerir para outros professores voltado para a literatura infantil étnico racial que considera importante para o desenvolvimento da identidade do aluno?
